

Maria Teresa Navarro de Britto Matos  
Francisco José Aragão Pedroza Cunha  
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá  
Aurora Leonor Freixo  
(Organizadores)

# Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil



**Perfil, evolução e perspectivas  
do ensino e da pesquisa em  
Arquivologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

*João Carlos Salles Pires da Silva*

Vice-reitor

*Paulo Cesar Miguez de Oliveira*

Assessor do Reitor

*Paulo Costa Lima*



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

*Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

Conselho Editorial

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Ninõ El-Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*José Teixeira Cavalcante Filho*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

Maria Teresa Navarro de Britto Matos  
Francisco José Aragão Pedroza Cunha  
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá  
Aurora Leonor Freixo  
(Organizadores)

# **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil**

Salvador  
EDUFBA  
2015

2015, autores.  
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.  
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua  
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração  
*Rodrigo Oyarzábal Schlabit*

Revisão  
*Vera Maria Nazareth Andrade Chaoui*

Normalização  
*Sandra Batista / Maria Raquel Gomes Fernandes*

Sistema de Bibliotecas – UFBA

P434 Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil / Maria Teresa Navarro de Britto Matos... [et al.]. (Org.); prefácio de Heloisa Liberalli Bellotto – Salvador : EDUFBA, 2015.  
575 p. : il.

Textos apresentados na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no campus Ondina na Universidade Federal da Bahia, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

ISBN 978-85-232-1417-3

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Arquivologia – Currículos – Avaliação. 3. Arquivos – Tecnologia - Tratamento. I. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). III. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). IV. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). V. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. VI. Título.

CDD – 020  
CDU –025.171

Editora filiada a



EDUFBA  
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,  
40170-115, Salvador-BA, Brasil  
Tel/fax: (71) 3283-6164  
[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br) | [edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

# Sumário

**9 Prefácio**

*Heloísa Liberalli Bellotto*

**11 Apresentação**

*Maria Teresa Navarro de Britto Matos*

*Francisco José Aragão Pedroza Cunha*

*Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá*

*Aurora Leonor Freixo*

## **Parte 1 – Ensino em Arquivologia**

**17 Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación**

*Maria Manuela Moro Cabero*

**41 Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional**

*Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus*

*Carlos Alberto Araújo*

**61 Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras**

*Flávia Helena Oliveira*

*Renato Tarciso Barbosa de Sousa*

**75 Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil**

*Welder Antônio Silva*

*Cíntia Chagas Arreguy*

*Leandro Negreiros*

**97 A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino**

*Fernanda Kieling Pedrazzi*

*Rafael Chaves Ferreira*

*Sonia Elisabete Constante*

**113 A competência informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia**

*Ivone Guerreiro Di Chiara*

*Linete Bartalo*

*Miguel Luiz Contani*

- 133 **Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?**  
*André Porto Ancona Lopez*  
*Rodrigo Fortes Ávila*
- 151 **O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa**  
*Solange Machado de Souza*
- 167 **O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**  
*José Maria Jardim*
- 185 **A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**  
*Solange Machado de Souza*
- 207 **Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal**  
*Djalma Mandu de Brito*

## **Parte 2 – Comunicação científica e Arquivologia**

- 227 **A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento**  
*Sandra Lúcia Rebel Gomes*
- 245 **A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas**  
*Cyntia Roncaglio*
- 259 **O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia**  
*Leandro Coelho de Aguiar*  
*Renata Regina Gouvêa Barbalho*  
*Vitor Manoel Marques da Fonseca*

## **Parte 3 – Arquivos, Arquivologia e Administração Pública**

- 279 **Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal**  
*Paola Rodrigues Bittencourt*
- 299 **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**  
*Ana Celeste Indolfo*

- 317 Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**  
*Brenda Couto de Brito Rocco*
- 335 O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado**  
*Cristiane Basques*  
*Georgete Medleg Rodrigues*
- 349 O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de Minas Gerais, 1994-2011**  
*Renato Pinto Venâncio*
- 365 Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro**  
*Anna Carla Almeida Mariz*  
*Thiago de Oliveira Vieira*

#### **Parte 4 – Arquivos e Tecnologias**

- 387 A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AToM**  
*Daniel Flores*  
*Débora Flores*  
*Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues*
- 403 Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o Diário de Classe**  
*Sérgio Renato Lampert*  
*Daniel Flores*
- 423 Metadados para preservação e segurança do Diário de Classe eletrônico da UFSM**  
*Débora Flores*  
*Dulce Elaine Saul da Luz*  
*Raul Ceretta Nunes*
- 441 O banco de dados sob um olhar arquivístico através da Ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento**  
*Gilberto Fladimar Rodrigues Viana*  
*Telma Campanha de Carvalho Madio*
- 457 A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**  
*Louise Anunciação Fonseca de Oliveira*  
*Maria Teresa Navarro de Britto Matos*

## Parte 5 – Organização e Tratamento de Acervos

- 479 Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas**  
*Márcia Cristina Duarte Trancos*  
*Maria Celina Soares de Mello e Silva*
- 495 Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima**  
*Camila Poerschke Rodrigues*  
*Daniel Flores*  
*Sérgio Renato Lampert*
- 513 Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**  
*Bruno Ferreira Leite*  
*João Marcus Assis*
- 525 Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia**  
*Roberto Lopes dos Santos Júnior*
- 541 Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas**  
*Carlos Henrique Juvêncio*  
*Georgete Medleg Rodrigues*
- 555 A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à Guerrilha do Araguaia**  
*Shirley Carvalhêdo*
- 573 Recomendações e moções**

## Prefácio

A demonstração da consolidação de uma área do conhecimento que se pretende conjunção de saber e de profissão, carreando em seu entorno todos os elementos vitais à sua existência e desenvolvimento, dá-se quando essa área é capaz de demonstrar que está habilitada a ter e a manter uma identidade própria, que a torne inconfundível e única.

A Arquivologia no Brasil, como área de saber universitário e de profissão inequívoca, ao aproximar-se de seu cinquentenário de existência como tal, parece ter finalmente chegado a essa consolidação. No decorrer desse tempo tem-se assistido paulatinamente ao desenvolvimento e enraizamento de uma “ciência” que vai produzindo seus frutos como área do saber e como profissão. Pesquisas em andamento, resultados de pesquisas aplicadas a arquivos, aperfeiçoamento metodológico e prático, formação consistente de novos profissionais, educação contínua para os já experientes na área – esse é o panorama atual, não obstante o difícil momento pelo qual passa o país.

Participei desta III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) na qualidade de ministrante de *workshop* sobre o preparo didático dos professores de Arquivologia, o que me proporcionou a possibilidade de assistir à maioria das sessões e pude acompanhar a pertinência e a acuidade dos trabalhos apresentados. A soma das informações ali divulgadas e discutidas apresenta um rico panorama para melhor compreender-se esse momento do panorama arquivístico no Brasil. A publicação dos trabalhos ali apresentados é um precioso presente que a Editora da Universidade Federal da Bahia, com o apoio financeiro da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, ora nos proporciona.

Esta coletânea, na verdade, representa um quadro que demonstra o amadurecimento a que chegaram os cursos universitários da área: o entrosamento entre professores, mestrandos e doutorandos na apresentação de suas pesquisas, reflexões e perplexidades. São desafios a enfrentar, com ênfase, como seria de se esperar, nos novos paradigmas para o ensino e a pes-

quisa; na discussão da formação no que concerne às necessidades curriculares em um mundo tão cambiante como o presente; na produção, acesso, uso e guarda dos documentos digitais.

De um lado, nas organizações, o momento é de mudanças reclamadas pela tecnologia, pela competitividade e pelos ambientes no mercado global, tudo isso a exigir profundas mudanças nos sistemas de informação, nos quais se inserem os arquivos; de outro lado, os governos em escala mundial, vêm-se diante das transformações nos sistemas burocráticos e diante da necessidade gritante de transparência administrativa demarcada pela força da cidadania. Tudo isso exigindo mais e mais a modernização e atualização dos sistemas arquivísticos. Exigindo, portanto, inovações, e essas, só serão eficazes se baseadas em pesquisas e estudos que as construam e desenvolvam, resultando em projetos concretos. Assim, cresce a demanda por professores capazes de formar profissionais habilitados para tanto. E o panorama apresentado por esta III Reparq demonstra que estamos no caminho certo.

Os trabalhos ora reunidos nessa coletânea vem justamente contribuir para satisfazer essa demanda de novos paradigmas teóricos e metodológicos que respondam à aquela desafiadora demanda. O conteúdo desses trabalhos pode trazer respostas aos desafios profissionais que diariamente recebem os arquivistas – e cada vez mais.

Em boa hora o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia propõe-se a publicar os resultados da III Reparq, resultados esses que certamente iluminarão futuros caminhos da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

*Heloísa Liberalli Bellotto*  
Universidade de São Paulo. SP

## Apresentação

A coletânea *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil* reúne os resultados de pesquisas apresentadas na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia na cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Pesquisas em fase de desenvolvimento e/ou concluídas, empreendidas por docentes, discentes (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores da área vinculados a universidades e demais instituições dedicadas à pesquisa. Entende-se que publicar resultados de pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa e corresponde a uma das funções sociais da ciência.

Este livro parte do pressuposto de que a institucionalização da Arquivologia, como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontra-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e, também, pela própria afirmação da área, na esfera internacional. Entre os anos de 1977 e 2012, o ensino universitário da Arquivologia, na graduação, vem se expandido e conquistando identidade própria. Totalizam, no momento, 17 cursos de graduação, todos ministrados por universidades públicas federais e estaduais, distribuídos nas 5 regiões geopolíticas do Brasil. Da mesma forma, são vários os indicadores do crescimento da pesquisa em Arquivologia nas universidades, instituições arquivísticas e outras organizações. Contudo registrava-se a ausência de mestrado e doutorado em Arquivologia, o que motivou uma demanda dos profissionais da área junto a programas de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Administração, Educação e Engenharia de Produção. O ano de 2012 se apresentou como marco significativo na história da Arquivologia brasileira, quanto à pós-graduação, por meio da criação do primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Uma ação oportuna e de significado valioso quanto aos futuros caminhos da Arquivologia, sob as perspectivas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), do Plano

Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e do incremento de políticas públicas de fomento a pesquisa e à inovação.

A evolução dessa trajetória possibilita a demarcação da área conquistada pela Arquivologia junto às demais ciências, além de subsidiar a construção de uma consciência coletiva da comunidade arquivística no Brasil, representada por discentes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto de grande significado para a Arquivologia, cabe ressaltar que a presente coletânea se constitui de 31 textos produzidos por 50 autores, comprometidos em dar ênfase às questões estratégicas de interesse para a Arquivologia brasileira, no século XXI. Importante registrar, também, que os referidos textos foram todos apresentados, enquanto conferências e comunicações orais de pesquisa, no âmbito da III Reparq.

A Reunião contou com o honroso apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Embora com um eixo comum, considerando a abrangência dos temas objeto dos textos produzidos, optou-se por agrupá-los em 5 partes: “Ensino em Arquivologia”; “Comunicação Científica em Arquivologia”; “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”; “Arquivos e Tecnologias” e “Organização e Tratamento de Acervos”. Soma-se, ainda, a publicação das Recomendações e Moções aprovadas na Plenária de Encerramento da III REPARQ.

A primeira nos remete ao “Ensino em Arquivologia”. Destaca questões relativas aos novos paradigmas e a formação em Arquivologia: grade curricular; competências e desempenho acadêmico de estudantes; perfil de egressos; pós-graduação *lato e stricto sensu*; capacitação de agentes públicos e, ferramentas de ensino-aprendizagem.

“Comunicação Científica em Arquivologia”, tema da segunda parte, trata da comunicação científica, do acesso, da construção e do custo do conhecimento; da proposta de criação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, além do currículo *Lattes* como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico.

A terceira, “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”, apresenta os desafios no âmbito da administração pública brasileira em relação às perspectivas da implementação da Lei de Acesso à Informação; as dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos; a gestão de documentos arquivísticos digitais; o mapeamento de atos lesivos ao patrimônio arquivístico e das ações do Estado; o lugar do arquivo na legislação e, os documentos especiais custodiados por instituições arquivísticas públicas.

A quarta, “Arquivos e Tecnologias”, refere-se à aplicação da taxonomia no *software* de descrição arquivística ICA-AtoM; o banco de dados sob um olhar arquivístico; repositórios digitais; e a *web 2.0* e instituições arquivísticas.

“Organização e Tratamento de Acervos”, quinta parte, registra a discussão em torno do levantamento tipológico em arquivos pessoais; da descrição e acesso ao patrimônio documental; da gestão de atividades pessoais; da análise sobre a utilização de métodos bibliotecnômicos / quantitativos; dos arquivos da Biblioteca Nacional; e da noção de ramificação dos documentos arquivísticos.

Nossos agradecimentos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) cujo apoio foi decisivo para tornar possível a publicação deste livro, sob a honrosa chancela da FAPESB. Assegurando, portanto, a divulgação e a socialização das pesquisas apresentadas durante a III REPARQ. O conhecimento publicado confere a base essencial com vistas ao fortalecimento de uma cultura científica na área de Arquivologia.

Salvador, Bahia, março de 2015.

*Maria Teresa Navarro de Britto Matos*  
*Francisco José Aragão Pedroza Cunha*  
*Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá*  
*Aurora Leonor Freixo*

## Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima

*Camila Poerschke Rodrigues*

*Daniel Flores*

*Sérgio Renato Lampert*

Diante da atual conjuntura de valorização do patrimônio material e cultural, iniciativas que visem divulgar e dar acesso a este se destacam, uma vez que permitem resgatar a memória das instituições. Neste contexto, os registros de fatos, acontecimentos e iniciativas relevantes merecem tratamento diferenciado, visto que, retratam períodos importantes da história destas e, também, muitas vezes, da comunidade da qual fazem parte. O fato de estas informações estarem contidas nos acervos documentais das instituições denota, em muitos casos, a relevância de uma política de disponibilização para pesquisa desta documentação de caráter histórico.

A Universidade Federal de Santa Maria ao longo de seus cinquenta e um anos de história promoveu diversos projetos e ações de extensão e interação com a comunidade. Dentre estas, destaca-se o Projeto Rondon, iniciado no ano de 1968. Nesta participação, a UFSM implantou, em 1969, um Campus Avançado em Rondônia. A documentação relativa a este período é muito rica e contém dados significantes sobre as atividades realizadas e sobre a rotina no Campus. Sendo assim, torna-se pertinente disponibilizar de maneira adequada para a comunidade acadêmica e para a sociedade o acesso às informações contidas nesse acervo.

Neste contexto de reconstrução da memória através das informações contidas no acervo documental do Campus Avançado de Roraima, pode-se afirmar que a adequada descri-

ção e disponibilização desta documentação é parte importante do processo de recuperação e preservação do patrimônio documental da UFSM. Dentre os diversos fundos documentais custodiados pelo Departamento de Arquivo Geral da UFSM, o que reúne a documentação referente às atividades da instituição enquanto participante do Projeto Rondon constitui o tema geral deste projeto.

Esta documentação retrata um período relevante da história da Universidade, de forma que ao disponibilizá-la se estará resgatando a própria memória institucional. A delimitação do tema parte deste ponto, do ajuste da descrição destes documentos e posterior difusão destas informações com a finalidade de auxiliar o resgate e a preservação do patrimônio histórico documental da UFSM.

Este estudo tem como objetivo geral a adaptação da descrição da documentação do fundo documental denominado Coordenação do Campus Avançado de Roraima – Projeto Rondon à Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE visando sua difusão por meio de um inventário documental, a fim de proporcionar melhor acesso ao patrimônio documental, bem como reconstruir as memórias da Universidade. Já como objetivos específicos têm-se a análise da situação atual do fundo documental; a adequação do arranjo da documentação do fundo; a adequação da descrição da documentação do fundo; a elaboração do inventário da documentação com base na NOBRADE e a disponibilização, no software Ica-Atom, da descrição dos documentos para pesquisa.

A documentação constante neste fundo documental relata as atividades realizadas pelos alunos e professores participantes durante todo o período de existência do Campus Avançado, desde sua implantação, até a completa desativação da unidade. A difusão das informações contidas nesta documentação poderá, também, sensibilizar a comunidade no sentido de motivar a doação de documentos relativos a este importante período da história institucional. Estes documentos podem vir a enriquecer ainda mais o patrimônio documental da UFSM.

## **Referencial teórico**

### **Patrimônio documental**

De acordo com a Unesco, grande parte da memória do mundo encontra-se nas bibliotecas, nos arquivos e nos museus. O Programa Memória do Mundo (2002) retrata a situação atual, onde uma significativa quantidade do patrimônio documental já está perdida para sempre. Ainda conforme este programa, o patrimônio documental “traça a evolução do pensa-

mento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura”. (UNESCO, 2002, p. 5)

O arquivo de uma instituição, acumulado em sua trajetória, adquire significados que o tornam legítimo e, ao mesmo tempo, o qualifica enquanto espaço. De acordo com Bellotto, (2006) a documentação que os arquivos conservam faz parte do patrimônio cultural da humanidade, além de ser um bem nacional. Para um melhor entendimento destaca-se a Lei Federal n. 8.159/91, quando afirma que:

Denomina-se arquivo, conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991)

Neste sentido, Richter, Garcia e Penna (2004) afirma que ao longo do tempo os arquivos deixaram de ser apenas depósitos de documentos e transformaram-se em centros ativos de informações a serviço dos usuários, servindo às necessidades da história. Para Cook (1997) um dos objetivos dos arquivos é o de auxiliar a sociedade a lembrar-se de seu passado.

Silva (1999) enfatiza que a procura por informações exatas para o atendimento de necessidades imediatas é a maior transformação que atinge e desafia os profissionais que realizam a preservação e a organização do patrimônio documental atualmente. A autora defende ainda que “não há como fugir aos trabalhos que viabilizem o atendimento dessas necessidades, que forcem todos os caminhos na sua direção”. (SILVA, 1999, p. 54)

Sob esta mesma ótica, Barros e Neves (2009) enfatizam que o arquivo vem assumindo novas funções e renovando funções tradicionais. Além de reunir, armazenar, preservar e disseminar as informações promove o encontro dos cidadãos com a informação, ou seja, com o patrimônio documental custodiado por ele.

Com relação aos cuidados para preservação do patrimônio, Pavezi (2010, p. 157) afirma:

Deve se considerar ainda que na perspectiva da história, os historiadores do futuro terão uma outra noção da importância dos arquivos informáticos que tenham sido perdidos ou destruídos hoje. O descarte indiscriminado da documentação arquivística em meio informático ou o descaso em relação à sua conservação e preservação poderão privar os futuros historiadores da matéria-prima indispensável à reconstituição de uma era que se convencionou denominar como era Informação.

O ambiente natural no qual o patrimônio documental se encontra influencia profundamente em sua sobrevivência a longo prazo. A salvaguarda deste patrimônio depende de ações de prevenção e preservação. De acordo com a Unesco (2002) a preservação e o acesso ao patrimônio documental são complementares e se incentivam reciprocamente.

A preservação adequada da documentação surge como meio para garantir e resgatar, através dos documentos, tanto a memória coletiva quanto individual dos cidadãos. Nesta perspectiva, Lopes (2009) ressalta que os recursos informáticos vêm sendo cada vez mais utilizados para as práticas arquivísticas.

Ferreira (2006) afirma que, atualmente as ferramentas digitais auxiliam em grande parte da produção intelectual. O autor também destaca a simplicidade de criação e disseminação do material digital através das modernas redes de comunicação. Deste modo, conclui que estes fatores juntamente com a qualidade dos resultados alcançados são fatores decisivos na adoção destas ferramentas. Já Innarelli ressalta que:

Num mundo que caminha cada vez mais para novos paradigmas de globalização e comunicação sem fronteiras, tendo como pano de fundo a informática e as novas tecnologias comunicacionais, o cidadão atual se depara com o desafio da preservação de sua memória coletiva e individual. (INNARELLI, 2008, p. 21)

O patrimônio histórico arquivístico, que integra o patrimônio cultural, é formado, de acordo com Richter, Garcia e Penna “pelos fontes documentais preservadas em arquivos públicos e arquivos privados com interesse histórico”, e, além destas, por aquelas fontes “que ainda não foram levantadas, examinadas nem organizadas, que se encontram em arquivos particulares”. (2004, p. 61)

No que tange à escolha dos documentos que irão integrar o patrimônio documental de uma sociedade, Jardim (1995) salienta que a avaliação documental é utilizada pelos arquivistas como recurso mais eficaz para esta definição.

## **Arquivos Universitários**

O arquivo de uma universidade custodia informações valiosas sobre a história da instituição, de seus cursos, de seus alunos e da sociedade na qual está inserida. Estes arquivos devem ter como missão atender as demandas dos pesquisadores e da comunidade como um todo.

Um arquivo universitário deve ser bem organizado, e, para isso, é necessário comprometimento, dedicação e a adoção de medidas para a otimização dos serviços disponibilizados. Sob este enfoque Boso e colaboradores esclarecem que:

A universidade deve ter por meta o desenvolvimento do conhecimento por meio da pesquisa, a transmissão do conhecimento por meio do ensino, a preservação do conhecimento e a difusão do conhecimento por meio da publicação. Nesse sentido, a função do arquivo universitário é extremamente importante na vida acadêmica dos alunos e da universidade, enquanto instituição voltada para o saber científico. (BOSO et al., 2007, p. 123)

Os métodos de trabalho utilizados pelos arquivistas no tratamento dos arquivos universitários, bem como nos demais tipos de acervos, visam facilitar o acesso às informações por eles custodiadas. Estas informações se farão úteis tanto para pesquisadores acadêmicos quanto para a sociedade em geral, de maneira a “garantir que a história e a memória das organizações sejam destinadas com fins de pesquisa histórica e também para a disseminação cultural”. (BOSO et al., 2007, p. 126)

Os arquivos das universidades, assim como os de qualquer instituição são de extrema relevância no processo de tomada de decisão. Neste sentido, Moreno afirma que as atividades deste arquivo:

devem estar centradas no intercâmbio de informações como condição *sine qua non* de sua performance e para manter-se competitiva neste cenário globalizado. Por isso, se faz necessário o estabelecimento de um sistema de informação documental que permita a organização, o tratamento e recuperação das informações arquivísticas de maneira eficaz, adequada e confiável, como suporte ao processo de tomada de decisão, ao controle da organização, ao apoio das ações, bem como a preservação da história e da memória institucional. (MORENO, 2006, p. 93)

Para Barros e Neves (2009) o arquivo universitário é gerador de conhecimento e, por isso, torna-se uma fonte de pesquisa. Estes acervos fornecem informações sobre as decisões tomadas no passado e constituem a história das universidades.

### **As funções arquivísticas: arranjo, descrição e difusão documental**

Tem-se como arranjo documental a organização coerente que é estabelecida nos documentos que chegam ao arquivo permanente sem ter passado por um processo de classificação

e avaliação adequados na fase corrente. Ao realizar o arranjo de um conjunto documental, o arquivista estará estabelecendo as relações orgânicas que existem nos registros arquivísticos. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37) define arranjo como a “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”.

Cabe ao arquivista estabelecer a ordem e a relação que os documentos têm entre si, tornando visível, deste modo, o sentido e o conteúdo dos mesmos. Para Locks e Ghanem (1986) é por este motivo que os documentos são arranjados em unidades coletivas e não são identificáveis pelo autor, pelo título ou pelo assunto, e sim pela origem. Bellotto (2006) afirma que o arranjo dos documentos em fundos torna o arquivo organizado e lógico. Deste modo, o objetivo do arranjo documental é garantir a organicidade e a integridade do fundo documental e de suas partes.

Para Schellenberg (2005) deve-se respeitar, no arranjo, a ordem a qual os documentos foram organizados em sua fase corrente. Porém, o autor destaca que “pode-se abrir uma exceção à regra de se preservarem os documentos na ordem original, no caso dessa ordem ser difícil de determinar ou de ser manifestamente má”. (SCHELLENBERG, 2005, p. 267)

De acordo com o mesmo autor (1980), as atividades de arranjo e descrição possuem uma grande proximidade. Tal relação se dá, pois a ordenação realizada no ato do arranjo estabelece unidades com as quais o profissional responsável pelo arquivo irá, posteriormente, descrever os documentos. Deste modo, o autor afirma que estas duas funções se confundem entre si.

A descrição é uma atividade fundamental no contexto dos arquivos, visto que é através dela que os pesquisadores têm acesso às informações contidas nos documentos custodiados nos acervos. Neste sentido, Lopez (2002) destaca que é só através desta atividade que se consegue o amplo entendimento de um acervo, pois ela permite a localização e o entendimento da documentação que o integra.

Entende-se que a descrição permite o acesso aos documentos de valor secundário, que tem grande importância para os pesquisadores e historiadores. De acordo com Bellotto (2006, p. 179) esta é “a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores”. Neste contexto, os instrumentos de pesquisa têm papel fundamental no momento da busca na documentação custodiada nos acervos.

Para Lopes, (1996) existem níveis descritivos relacionados com as seguintes ações: definição dos fundos e suas divisões em esquemas de classificação; esclarecimento do que é per-

manente e dos prazos de guarda; desenvolvimento de instrumentos de pesquisa como inventários e guias; e definição de formas de difusão do processo descritivo através de publicações.

Em relação a estes instrumentos, Bellotto (2006) afirma que o processo de descrição se dá através da elaboração destes. Estes instrumentos permitem identificar, localizar e utilizar os dados quando necessário. Lopes, (2009) porém, lembra a grande dificuldade encontrada pelos arquivistas no momento de produzir instrumentos confiáveis. O autor afirma também que se mantém a tradição de dar pouca importância à representação da informação.

Os usuários de um arquivo devem se sentir à vontade no momento da pesquisa e cabe ao arquivista guiar estes usuários. Neste sentido, os instrumentos de pesquisa podem ser definidos como ferramentas que são utilizadas na orientação dos usuários dos arquivos, pois descrevem o acervo ou parte dele. Tem como função principal definir precisamente quais documentos fazem parte do acervo e onde estão localizados.

Lopez (2002) também afirma que é extremamente útil para o pesquisador a consulta que ele realiza nos instrumentos descritivos fora do ambiente do arquivo. E é categórico ao declarar que o formato mais apropriado para divulgação do instrumento de pesquisa deve ser uma escolha feita pela instituição custodiadora, e tem de levar em conta as duas funções que este terá no acervo, a de controlar e de dar acesso.

Bellotto, em sua obra *Arquivos Permanentes: tratamento documental* (2006), lista os instrumentos de pesquisa que são elaborados de acordo com o nível de descrição: o guia, o inventário, o catálogo, o índice e a edição de fontes.

Dentre estes instrumentos dá-se destaque ao inventário, instrumento que será elaborado como produto deste estudo. O inventário documental é o instrumento de pesquisa que sucede o guia, pela ordem hierárquica. De acordo com Lopez, (2002) este instrumento tem por finalidade oferecer ao usuário um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções. Para Bellotto (2006, p. 197) o inventário é um instrumento parcial de pesquisa “que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo”.

Ainda na visão de Lopez, (2002) os inventários precisam tratar de conjuntos documentais que já tenham algum nível de organização no que tange a classificação arquivística. Por essa razão têm uma vida útil mais longa do que a de um guia. Dentro desta concepção, cabe destacar que os instrumentos de pesquisa devem seguir as normas nacionais e internacionais de descrição que estabelecem as diretrizes para sua elaboração e aplicação.

As normas que serão abordadas a seguir foram criadas a partir da necessidade cada vez maior desta troca de informações entre as instituições tanto no âmbito nacional quanto internacional, como também pelo surgimento das tecnologias da informação. Neste sentido,

Hagen (1998) salienta que o impacto destas tecnologias foi uma das principais causas dos esforços realizados para a padronização da descrição.

A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G) foi estabelecida, no ano de 2002, pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA com base em estudos realizados. A norma estabelece diretrizes para a preparação de descrições arquivísticas e enfatiza a relação hierárquica, identificando a descrição em níveis.

A ISAD(G) esclarece que deve ser usada pelas instituições arquivísticas juntamente com as normas nacionais que existam, ou ainda, como base no momento de sua criação. De acordo com Bellotto (2006, p. 183) “só a descrição assim normalizada atingirá a desejada normalização universal e terá todas as condições para ser feita facilmente, de modo informatizado e uniforme”.

A partir de preocupações que o Comitê de Normas de Descrições do CIA considerava relevantes no âmbito nacional e com o objetivo de adaptar a norma internacional à realidade brasileira, foi criada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade.

A Nobrade não é apenas uma tradução da ISAD(G), seu foco é o estabelecimento de diretivas para a descrição arquivísticas, facilitando, deste modo, o acesso e a troca de informações em nível nacional e internacional. Esta norma pode ser aplicada em descrições em qualquer fase do ciclo vital dos documentos, ainda que tenha seu foco na descrição em fase permanente. A norma prevê a existência de oito áreas e 28 elementos de descrição. Dentre estes 28 elementos, apenas sete são obrigatórios: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor (es) e condições de acesso.

Com relação à difusão, esta pode ser considerada como função fundamental de toda e qualquer instituição arquivística, pois promovendo o acesso aos documentos, o arquivo se tornará mais conhecido e, conseqüentemente, terá um maior número de usuários. O processo de difusão, de acordo com Blaya Perez (2005), nada mais é do que o ato de divulgar e tornar público os serviços que uma instituição oferece aos seus usuários. Corroborando esta ideia, Silva e colaboradores (2002, p. 25) enfatiza que “adquirir, armazenar e recuperar informação são, em *stricto sensu*, as três funções fundamentais dos sistemas e serviços relacionados com o tratamento da informação”.

Para Bellotto, (2006) o arquivo deve ser visto pela comunidade, como é visto pela administração, ou seja, como a “consciência histórica” desta. Porém, tal fato só virá a ocorrer se o responsável pelo arquivo souber apreender o potencial que seu acervo lhe oferece. Barros e Neves (2009) afirmam que o arquivo ao permitir que o pesquisador acesse seu objeto de pesquisa torna-se um lugar de construção do saber e, deste modo, amplia as possibilidades de avanço para o exercício da produção do conhecimento.

Com base nestas afirmações se pode constatar a grande relevância que o ato de difundir as informações custodiadas em um acervo tem para os pesquisadores, bem como para o próprio arquivo. De forma que os usuários destes acervos passam a tomar conhecimento da história e da trajetória da instituição bem como da sua relação com a comunidade.

## Projeto Rondon

### Histórico

O projeto Rondon foi criado no ano de 1967,<sup>1</sup> durante o regime militar, por iniciativa de estudantes da Universidade do Estado da Guanabara, no Rio de Janeiro (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro). A primeira operação foi realizada no antigo Território Federal de Rondônia (hoje, estado de Rondônia) com o intuito de desenvolver atividades para colaborar com o crescimento daquela região.

Após o sucesso da primeira empreitada, foi criado o Grupo de Trabalho Projeto Rondon, constituído basicamente por estudantes universitários, tendo como objetivo planejar e executar as próprias operações, proporcionando aos alunos um estágio no interior do país durante suas férias. Os desafios do projeto eram integrar, ocupar e desenvolver as regiões do país através de ações conjuntas entre os universitários, a comunidade e o governo.

O Rio Grande do Sul possuía uma coordenação regional subdividida em duas partes, uma sob a responsabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre outra sob os cuidados da Universidade Federal de Santa Maria.

Os desafios do projeto eram integrar, ocupar e desenvolver as regiões do país através de ações conjuntas entre os universitários, a comunidade e o governo. As ações do Projeto Rondon foram extintas no ano de 1989. Durante os vinte e dois anos que ficou em atividade, o projeto cadastrou trezentos e cinquenta mil estudantes e treze mil professores. Recentemente, as atividades do projeto foram retomadas sob coordenação do Ministério da Defesa.

### A UFSM no Projeto Rondon: O Campus Avançado de Roraima

A UFSM participou pela primeira vez de uma operação do Projeto Rondon no ano de 1968.<sup>2</sup> Nesta fase do projeto, a instituição participava das operações nacionais e regionais,

---

1 INFOCAMPUS. UFSM no projeto rondon. Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/infocampus/?p=829>>. Acesso em: 27 out. 2012.

2 MEMORIAL PROJETO RONDON. Histórico. Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/memorialrondon/>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

que aconteciam durante as férias escolares. As nacionais nos meses de janeiro e fevereiro e as regionais no mês de julho.

Dentre as instituições participantes do projeto, a UFSM foi a única a instalar um Campus Avançado. Este Campus, localizado em Boa Vista, foi instituído a partir de um convênio assinado pela UFSM no ano de 1969, tendo se mantido em funcionamento até o ano de 1985. A partir disso, a universidade passou a enviar mensalmente grupos de alunos e professores para o cumprimento do mesmo.

Este convênio tinha como principais objetivos proporcionar aos universitários a prática orientada na prestação de serviços com atividades ligadas aos currículos escolares, criar novos mercados de trabalho com a adequação do exercício profissional às peculiaridades da região e, assessorar os órgãos municipais e territoriais nas atividades técnico-administrativas com vistas à implantação de programas de desenvolvimento local integrado.

O campus avançado possuía duas sedes, a urbana e a rural e estabeleceu em Roraima três cursos de nível superior como extensões da própria universidade. Os cursos tinham foco na área da educação, com o intuito de qualificar os professores em atuação.

Em dezembro de 1985 foram encerradas as atividades da UFSM em Roraima. Pode-se considerar que a atuação da instituição foi o embrião para o desenvolvimento de uma universidade local. As instalações da sede foram fundamentais para a criação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em 1989.

## **Metodologia**

A pesquisa proposta neste trabalho é de natureza aplicada com abordagem qualitativa, pois almeja a solução de um problema específico e não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Com relação aos seus objetivos é exploratória, já que tem como finalidade proporcionar uma familiaridade maior com o objetivo.

Ademais, com relação aos procedimentos técnicos, é considerada bibliográfica, visto que utiliza material já publicado na área de descrição arquivística. O objeto do estudo é o acervo do fundo documental denominado Coordenação do Campus Avançado de Roraima – Projeto Rondon, custodiado pelo Departamento de Arquivo Geral da Universidade Federal de Santa Maria. No que tange aos instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas a observação e a análise documental.

A primeira das etapas a ser realizada no desenvolvimento desta pesquisa foi a revisão da literatura referente ao tema de pesquisa escolhido. Com base no estudo da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE e na necessidade da preservação e acesso ade-

quados dos documentos que constituem o fundo documental, foi possível definir o objetivo geral do trabalho e, a partir deste, pôde-se determinar os objetivos específicos. Esta revisão foi realizada ao longo de toda a pesquisa, servindo de subsídio para o atingimento dos referidos objetivos.

Na análise documental foram utilizados documentos como o Projeto de Implantação do Campus Avançado de Roraima, o Regulamento interno do Campus, além do Regimento Geral da UFSM e outros documentos da Universidade.

A observação para coleta de dados foi de grande relevância para que se pudesse identificar a situação do fundo documental no que concerne ao seu arranjo, acondicionamento e conservação, atingindo desta forma, o primeiro objetivo específico.

Com base na análise da situação do conjunto documental foi possível realizar a adequação de seu arranjo, seguindo os princípios e as teorias arquivísticas abordadas nos referenciais que tratam desta temática.

A etapa seguinte a esta é a de descrição da documentação do fundo para posterior elaboração de um instrumento de pesquisa. Com base nos conceitos trazidos pela literatura arquivística, o instrumento considerado mais adequado para esta situação foi o inventário documental. Este instrumento seguirá os preceitos da NOBRADE.

A etapa final do estudo é a disponibilização das informações da descrição no software Ica-Atom, com o intuito de realizar sua ampla difusão. Desta forma, será disponibilizado, para todo e qualquer usuário, o acesso às informações contidas nessa documentação através da web.

## **O fundo documental Coordenação do Campus Avançado de Roraima – Projeto Rondon**

A documentação deste fundo é proveniente das atividades realizadas no Campus, no período compreendido de 1968 até 1985. Os documentos foram recentemente transferidos para uma das salas do arquivo permanente do Departamento de Arquivo Geral da UFSM.

A documentação deste fundo já passou por um processo de avaliação, arranjo e parcial descrição, de modo que, no interior das caixas, a documentação encontra-se separada em maços e identificada pelos tipos documentais existentes.

Neste sentido, Paes (2005, p. 122) indica que o arranjo é uma das funções mais importantes em um arquivo e pode ser entendido como a “ordenação dos documentos em fundos, a ordenação das séries dentro dos fundos e, se necessário, dos itens documentais dentro das séries”. No mesmo enfoque, Bellotto (2006) ressalta que o arranjo é a ordenação realizada no

arquivo permanente e que deve se basear na correta classificação, visto que é de extrema importância que a obediência às atividades e às funções do órgão produtor não se perca.

A documentação encontra-se dividida em onze séries documentais, a saber: Relações Interinstitucionais, Comunicações Oficiais, Estágios, Finanças, Eventos, Legislação, Patrimônio, Metas e Programas de Trabalho, Publicações/Divulgação, Relatórios e Documentos Iconográficos.

No que tange a descrição, existe um inventário da documentação que foi elaborado no ano de 2008. Este instrumento apresenta a descrição das onze séries documentais nas quais os documentos estão divididos.

Os documentos estão acondicionados em trinta e duas caixas-arquivo de polionda em um dos módulos do arquivo deslizante. O arquivo deslizante promove a vedação total dos módulos, diminuindo a incidência de luz nos documentos, medida esta que é imprescindível para a adequada conservação do acervo.

Corroborando esta ideia, Duarte (2009, p. 14) adverte que “a luz do sol e as lâmpadas fluorescentes sem filtros são consideradas fontes de raios ultravioleta que danificam o papel”. Do mesmo modo, Paes (2005) afirma que os métodos de conservação abrangem os cuidados com os documentos e, portanto, ao local no qual estão armazenados.

As caixas-arquivo foram trocadas por novas devido ao desgaste das anteriores. Tal desgaste se deu em função das inadequadas condições de conservação em que se encontrava a documentação, exposta, muitas vezes, ao sol e calor. Também foram confeccionados espelhos de identificação provisórios indicando os tipos documentais contidos em cada caixa. A identificação destes tipos se deu através de uma análise superficial do conteúdo de cada caixa.

A transferência do acervo para uma sala no arquivo permanente se deu devido ao fato de o local onde se encontravam acondicionados anteriormente não oferecer as condições adequadas. Neste sentido, Cassares (2000) afirma que o acondicionamento adequado tem o intuito de proteger aqueles documentos que não estão em boas condições e armazenar de forma segura aqueles que já foram tratados e recuperados. No mesmo enfoque, a autora ressalta que “para cumprir sua função, que é a de proteger contra danos, o acondicionamento deve ser confeccionado com material de qualidade arquivística e necessita ser projetado apropriadamente para o fim a que se destina”. (CASSARES, 2000, p. 35)

Além da documentação referente às atividades administrativas, o fundo é composto basicamente de correspondências trocadas entre o Campus e a UFSM e de projetos e relatórios dos alunos e professores. Neste contexto, Paes (2005) esclarece que as correspondências devem receber tratamento diferenciado, pois são uma parte importante dos acervos arquivísticos devido ao fato de muitas vezes desencadearem as ações administrativas.

No fundo também existem alguns documentos iconográficos, são fotografias e um conjunto de slides de 35 mm. Apenas algumas das fotografias encontram-se identificadas e no que tange aos slides não há nenhuma identificação. Com relação a estes documentos, a situação é inquietante, pois este gênero documental necessita de condições específicas de armazenamento e conservação.

Sob esta ótica, Paes (2005, p. 22) acrescenta que os chamados arquivos especiais, que são aqueles em que existem documentos em diversas formas, como as fotografias e os slides, devem ter um tratamento diferenciado “não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação, etc”.

Entre a documentação existem também documentos manuscritos. São anotações sobre as operações financeiras realizadas do Campus Avançado, como cadernos com os balancetes e as informações sobre os fornecedores de materiais permanentes e de consumo do Campus.

Com base nestas informações da situação atual do fundo documental Coordenação do Campus Avançado de Roraima – Projeto Rondon se pode fazer algumas considerações. Fica evidente que, apesar desta documentação já contar com uma organização parcial no que se refere ao arranjo e à descrição, existe a carência de adequação e aperfeiçoamento da mesma.

Tal necessidade se deve, principalmente, ao ingresso posterior de documentos ao fundo, o que fez com que a organização estabelecida perdesse, de certo modo, seu sentido. Estes documentos encontravam-se em outras unidades da Universidade e foram recolhidos ao Departamento de Arquivo Geral. A constante evolução da teoria arquivística no que tange ao arranjo e à descrição documental também foi considerada no momento da análise da documentação. Desta forma poderá ser disponibilizado para pesquisa de maneira mais adequada, satisfazendo a necessidade dos pesquisadores tanto da área acadêmica como da comunidade em geral.

## **Adequação do arranjo documental**

O arranjo documental consiste na organização da documentação permanente. De acordo com Schellenberg, (2005) os princípios do arranjo tratam da ordenação dos fundos uns em relação aos outros e dos documentos dentro dos fundos.

Duas situações foram consideradas relevantes para a análise do arranjo existente e apreciadas na decisão de adequar este à nova situação na qual a documentação se encontra. O primeiro ponto foi a inserção de novos documentos no fundo documental, fato que ocorreu ao longo dos últimos anos. Estes documentos que foram recolhidos ao Arquivo Permanente

encontravam-se sob os cuidados de outros setores da instituição, ou ainda, trata-se de documentos que foram doados por ex-participantes do Projeto Rondon.

A classificação funcional adotada pela UFSM foi seguida no momento da definição das novas séries que irão compor o fundo documental. O método funcional, conforme Gonçalves, (1998) apesar de mais complexo, atende melhor as exigências da classificação arquivística. Já Lopes (1997) defende que a classificação deve espelhar a vida das organizações, seja por sua estrutura, por suas funções ou pelas atividades desenvolvidas.

No mesmo enfoque, Bellotto (2006) afirma que a obediência às atividades e às funções do órgão produtor não deve se perder. Ainda sobre o tema, Castanho e colaboradores (2001) enfatizam que quando o arranjo é definido com base na classificação adotada na fase corrente permite que seja realizado um tratamento integrado nas diferentes idades dos documentos.

Em contrapartida, Schellenberg (2005) deixa claro que o arranjo no arquivo permanente deve ser realizado tendo por base os princípios arquivísticos e não qualquer classificação ou esquema de arquivamento pré-estabelecido. Porém, o autor também destaca que o profissional arquivista não deve se deixar induzir pelos pesquisadores e arranjar a documentação “de acordo com um sistema abstrato universal de classificação por assunto”. (SCHELLENBERG, 2005, p. 261)

Para que a adequação das séries fosse realizada, houve a necessidade de alteração da denominação de algumas destas. Com relação à nomenclatura das séries, Lopes (1997) avalia que, no ato da classificação, busca-se nomes representativos para as unidades documentárias. Estes nomes devem representar as características das organizações, mais especificamente, de suas atividades. Deste modo, segundo o autor, uma classificação que se baseie em assuntos gerais irá fracassar na busca de facilitar o acesso aos documentos.

Sendo assim, seguindo o método de classificação funcional, a série “Estágios” passou a denominar-se “Controle de Estágios”, do mesmo modo as séries “Finanças” e “Patrimônio” passaram a se chamar, respectivamente, “Controle Financeiro” e “Controle de Material e Patrimônio”. Além disso, a série “Eventos” passou a se chamar “Participação e promoção em eventos”.

A série antes denominada “Divulgação” tornou-se uma subsérie, tendo sua denominação alterada para “Atividades de Divulgação”, do mesmo modo que a série “Metas e Programas de Trabalho” passou à subsérie “Políticas e Metas de Trabalho”. Já a série “Comunicações Oficiais”, teve a denominação alterada para “Comunicação oficial”, tornando-se também uma subsérie.

Ademais, foi criada uma nova série denominada “Organização e Funcionamento” na qual estão inseridas estas cinco novas subséries: “Atos administrativos, legais e normativos”,

“Atividades de divulgação”, “Comunicação oficial”, “Políticas e metas de trabalho” e “Relações Interinstitucionais”.

Cabe salientar que a documentação que fazia parte da série denominada “Relatórios” foi dividida entre as demais séries, obedecendo ao conteúdo dos documentos.

A partir da definição do novo arranjo da documentação, pode-se reorganizar os documentos no interior das caixas. Além disso, foram confeccionados novos espelhos de identificação para as caixas-arquivo.

O novo arranjo definido para a documentação se adequa melhor frente a realidade encontrada no acervo da instituição bem como com relação às necessidades dos pesquisadores. Para melhor explicitar esta estrutura apresenta-se o apêndice A. Tendo por base este arranjo, pode-se iniciar a etapa da descrição dos documentos. Neste sentido, Rousseau e Couture (1998) ressaltam que as atividades de classificação ou arranjo são fundamentais no desenvolvimento da descrição.

## **Conclusões**

Esta pesquisa tem por finalidade maior proporcionar um melhor acesso ao patrimônio documental da UFSM, bem como resgatar a memória da instituição.

A partir do delineamento dos objetivos da pesquisa, foi possível iniciar o desenvolvimento do trabalho. Com o intuito de alcançar a efetivação do objetivo geral de descrever a documentação do fundo documental Coordenação do Campus Avançado de Roraima – Projeto Rondon visando sua difusão, algumas etapas já foram concluídas.

A primeira destas etapas diz respeito ao primeiro objetivo específico da pesquisa. Nesta etapa foi realizada a análise da situação atual do fundo documental, examinando a maneira como os documentos estão arranjados e alocados no seu local de guarda. Do mesmo modo que o estado de conservação em que se encontra o acervo examinado.

Após a apreciação da situação foi possível constatar que o atual arranjo da documentação está defasado. Tal fato dá-se devido ao ingresso de novos documentos ao longo do tempo e à evolução da teoria arquivística relacionada à descrição documental. Além disso, foi constatado que as condições de preservação não são completamente adequadas para o acervo em questão.

Tendo por base esta análise da situação do fundo documental, foi possível alcançar o segundo objetivo específico da pesquisa, que trata da apresentação de uma proposta de arranjo para esta documentação. A referida proposta está embasada nas teorias arquivísticas bem

como nas necessidades encontradas no que tange à disponibilização adequada deste material para pesquisa.

O novo arranjo teve como base a classificação funcional utilizada na UFSM e redeseñhou a formação das séries e subséries no interior do fundo documental. Ademais, foi realizada a transferência da documentação para novas caixas-arquivo e foram confeccionados novos espelhos de identificação para as mesmas.

A etapa seguinte, que já está em andamento, é de adequação da descrição já existente à Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE. Esta descrição precederá a elaboração de um instrumento de pesquisa adequado às necessidades dos usuários e que será elaborado segundo os preceitos da referida norma.

Por fim, as informações advindas da descrição destes documentos serão disponibilizadas para pesquisa no *software* Ica-Atom. Cabe destacar que este está instalado no DAG em uma máquina com IP fixo, mesmo estando fora do Centro de Processamento de Dados, voltado para difundir o acervo fotográfico da UFSM na internet, por meio de consultas na ferramenta sob a ótica das normas de descrição Isad(g)/Nobrade. Do mesmo modo que para o acervo fotográfico, a utilização do Ica-Atom visa proporcionar a ampla difusão do Projeto Rondon, enquanto conjunto documental relevante no contexto histórico da UFSM.

## Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BARROS, D. S.; NEVES, D. A. de B. Arquivo e Memória: uma relação indissociável. *Revista Transinformação*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=330>>. Acesso em: 25 ago. 2012.
- BELLOTTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BLAYA PEREZ, C. Difusão dos arquivos fotográficos. *Cadernos de Arquivologia*, Santa Maria, RS, v. 2, n. 1, p. 7-23, 2005.
- BOSO, A. K. et al. Importância do Arquivo Universitário. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 12, n. 1, p. 123-131, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br>>. Acesso em: 25 ago. 2012.
- BRASIL. Lei n. 8.1589, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Presidência da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, jan. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm)>. Acesso em: 10 set. 2012.
- CASSARES, N. C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. (Projeto como fazer, v. 5).

- CASTANHO, D. M. et al. *Uma política de arranjo documental para a Universidade Federal de Santa Maria - RS*. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001.
- COOK, T. *Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2062>>. Acesso em: 23 ago. 2012.
- DUARTE, Z. (Trad.). *Preservação de documentos: métodos e práticas de salvaguarda*. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.
- FERREIRA, M. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.
- GONÇALVES, J. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer, v. 2).
- HAGEN, A. M. M. Algumas considerações a partir do processo de normalização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/312/278>>. Acesso em: 10 set. 2012.
- JARDIM, J. M. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>>. Acesso em 19 out. 2012.
- LOCKS, A. L. C.; GHANEM, V. G. Arranjos em Arquivo Público. *Ágora: Revista do Arquivo Público do estado de Santa Catarina e curso de Arquivologia da UFSC, Florianópolis*, v. 2, n. 4, 1986. Disponível em: <<http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/30/pdf>>. Acesso em: 19 set. 2012
- LOPES, L. C. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: EdUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.
- LOPES, L. C. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.
- LOPES, L. C. *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- LOPEZ, A. P. A. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002.
- MORENO, N. A. *A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias*. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://dspace.lcc.ufmg.br>>. Acesso em: 13 set. 2012.
- PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PAVEZI, N. *Arquivo fotográfico: uma faceta do patrimônio cultural da UFSM*. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- RICHTER, E. I. S.; GARCIA, O. M. C.; PENNA, E. F. *Introdução à Arquivologia*. 2. ed. Santa Maria: FACOS: UFSM, 2004.

- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SCHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos: arranjo e descrição*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980.
- SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C; SOUSA, R. T. B. *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. 2. ed. Distrito Federal: SENAC, 2008.
- SILVA, A. M. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2002.
- SILVA, Z. L. da. (Org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.
- UNESCO. *Programa Memória do Mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental*. [S.l.], 2002. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Diretrizes%20para%20a%20salvaguarda%20do%20patrim%C3%B4nio%20documental.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2011.



**fapesb**   
Fundação de Amparo  
à Pesquisa do Estado da Bahia